



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

INDICE

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS.....	3
1.RELATÓRIO DA DIRETORIA	5
1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	6
1.2. CONJUNTURA ECONÔMICA	6
1.3. <i>Desenvolvimento Operacional</i>	8
1.3.1. <i>Produção e Comercialização</i>	8
1.3.2. <i>Produtividade</i>	9
1.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	10
1.6. EMPREENDIMENTOS EM DESENVOLVIMENTO	11
1.6.1. <i>Mina de Candiota</i>	11
1.6.2. <i>Mina do Leão II</i>	12
1.6.3. <i>Mina do Iruí</i>	12
1.7. GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	12
1.8. MEIO AMBIENTE	13
1.9. PERSPECTIVAS.....	16
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013	17
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL	18
2.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	20
2.3 <i>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO</i>	21
2.3.1. <i>Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa</i>	22
2.4. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2014	23
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	23
2.5.1. <i>Contexto Operacional</i>	23
2.5.2. <i>Principais Contas e Práticas Contábeis</i>	24
2.5.2.1. <i>Apuração do Resultado</i>	24
2.5.3. <i>Créditos Tributários: R\$ 39.633 mil (R\$ 35.609 mil em 2013), compondo-se de:</i>	25
2.5.4 <i>Contas a Receber: R\$ 4006 mil (R\$ 473 mil em 2013), compondo-se de:</i>	25
2.5.5. <i>Estoques</i>	26
2.5.6. <i>Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.221 mil (R\$ 1.158 mil em 2013), tendo como valores mais relevantes:</i>	26
2.5.7. <i>Investimentos</i>	27
2.5.8. <i>Imobilizado e Intangível</i>	27
2.5.9. <i>Demais Contas a Pagar: R\$ 31.859 mil (R\$32.534 mil em 2013), compondo-se basicamente de:</i> 30	
2.5.10. <i>Empréstimos e Financiamentos</i>	30
2.5.11. <i>Provisão para Contingências</i>	30
2.5.12. <i>Tributos Federais a Recolher: R\$ 24.631 mil (R\$ 17.486 mil em 2013)</i>	32
2.5.13. <i>Patrimônio Líquido</i>	32
2.5.13.1. <i>Capital Social</i>	32
2.5.13.2. <i>Remuneração do Capital Próprio</i>	33
2.5.13.3. <i>Reserva de Reavaliação</i>	33
2.5.14. <i>Demonstração do Resultado</i>	34
2.5.15. <i>Contribuição Social e o Imposto de Renda</i>	35
2.5.16. <i>Provisão para Impostos Diferido</i>	35



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2.5.17. Cobertura de Seguros	36
2.5.18. Plano de Previdência - Contribuição Definida.....	36
2.5.19. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	36
2.5.20. Estrutura da Demonstração do Resultado	37
2.5.21. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)	37
2.5.22. Destinação do Lucro do Exercício	37
3. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	39
4. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	42
5. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	44



COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS

Diretoria (1)

Elifas Marion Kerller Simas (1)
Márcio Lopes Cairuga (1)
André Stalliviere (2)

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração

• Membros Titulares (3)

Ricardo Guimarães Moura
Mauri Nunes da Silva
Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann
Gildo Antônio Feijó da Silva
Vanderlan Frank Carvalho
Vera Inêz Salgueiro Lermen

Presidente

• Membros Suplentes (3)

Artur José de Lemos Junior
Paulo Ricardo Salerno
Paulo Sérgio Nunes
Romano Matias Guerra

Conselho Fiscal

• Membros Titulares

Andrew Carvalho Pinto (4)
Felipe Rispoli Leal (6)
Helen Martins Cabral (6)
Giordano Borba de Freitas (6)
Jorge Luiz Santanna Harlacher (5)

Presidente



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

• **Membros Suplentes**

Roberto Carlos Scheidt de Lima (5)

Márcio Rogério Pilger (6)

Everton de Souza (6)

Beatriz Carlesso (7)

(1) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013

(2) Eleição e posse em 09.04.2014

(3) Eleição e posse em 03.02.2015

(4) Eleição e posse em 06.04.2011; reeleição em 23.04.2014;

(5) Eleição e posse em 23.04.2014

(6) Eleição e posse em 22.01.2014; reeleição em 23.04.2014;

(7) Eleição e posse em 20.08.2014



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA



1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

A economia brasileira encerrou o ano de 2014 com baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu apenas 0,14% no período, e a taxa de juros (SELIC) encerrou o ano em 11,75%. A projeção de crescimento do PIB apresentada pelo Banco Central do Brasil para o ano era em torno de 2,00%, e essa diferença se deu em consequência do forte impacto que a economia brasileira sofreu com a crise internacional e pelo fato de o país ser grande exportador de *commodities* minerais e agrícolas. Seus maiores parceiros comerciais, entre eles China, Rússia e Índia, tiveram seu crescimento reduzido e, conseqüentemente,



reduziram suas encomendas ao Brasil, o que levou a uma retração da atividade econômica interna. Some-se a isto o fato de a Petrobrás, que é responsável direta por 10% do investimento total do país, ter sido atingida pela queda do preço internacional do petróleo o que trouxe incertezas quanto à exploração do pré-sal, fazendo com que o setor privado segurasse seus investimentos.

Além disso a inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 0,78% em dezembro, 0,27 ponto percentual acima da registrada no mês anterior. Desta forma, a inflação acumulada em 2014 atingiu 6,41%. Este percentual ficou acima da expectativa de 6,03% e acima da meta de 4,50%, chegando próximo do limite superior de 6,50%.

O ano também foi marcado pela recuperação da economia americana e consequente aumento do dólar que fechou 2014 em mais de R\$ 2,65. A queda nos preços das *commodities* e a crise econômica argentina foram os aspectos negativos no cenário internacional em 2014, prejudicando, principalmente, os setores exportadores.

No que se refere ao carvão mineral, finalmente houve êxito no Leilão A-5 realizado em novembro último. Porém, a perspectiva da CRM em fornecer o combustível a projeto termelétrico participante do certame não se confirmou, apesar do forte empenho dos técnicos e da diretoria da CRM.

Para o ano de 2014 estava previsto entrar em vigor o novo marco regulatório da mineração (Projeto de Lei nº 5.807/2013). O novo regulamento prevê a elevação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM de 3% para 4%, o que representa elevação de custos, mas que, por outro lado, aumentará a arrecadação, principalmente dos municípios onde se localizam as minas. Além da elaboração de mapa geológico do país e transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM em agência



reguladora, um dos pontos bastante criticado e apontado como retrocesso em relação à regulamentação atual é a eliminação do direito de prioridade, que hoje garante a outorga do poder público a quem primeiro requerer uma área para a realização de pesquisa. No entanto, o Projeto de Lei ainda está em trâmite.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2014 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoeletrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. No entanto, problemas operacionais nas Fases A + B e de ajustes na Fase C limitaram sua geração durante o exercício, o que sem dúvida prejudicou o desempenho operacional que seria possível ser atingido pela CRM, face aos baixos índices pluviométricos e de acumulação de água nos reservatórios do Sistema Interligado e a conseqüente maior demanda por energia térmica. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME/CGTEE de 3.120.614t, ou seja, aproximadamente 94,6% do mínimo contratual, mas bem abaixo da produção que poderia ser obtida, considerando a capacidade instalada da mina (5.000.000 t/ano) e a demanda por geração térmica do período.

Na Mina do Leão, o fornecimento foi direcionado a empresas de Santa Catarina, totalizando 176.586t no ano, de carvão

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2010	2011	2012	2013	2014	VARIAÇÃO % 2014/2013
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00
CE 5200	53.277	12.195	3.751	27.055	34.279	26,70
CE 4700	0	0	4.885	19.567	31.256	59,74
CE 4500	8.002	942	0	301	12538	4065,45
CE 4200	39.092	46.923	42.494	33.349	21.257	-36,26
CE 3300	1.699.102	2.000.466	2.776.961	3.264.605	3.137.128	-3,90
CE 5200*	15.831	0	0	0	0	0,00
CE 4200*	643	2.301	4.513	3.469	5.863	69,01
CE 5500*	1.583	4.797	2.945	6.000	8.951	49,18
ROM	0	0	0	2.969	3.431	15,56
TOTAL	1.817.530	2.067.624	2.835.549	3.357.316	3.254.703	-3,06

* Carvões Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2014 continuou sendo determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici - UPME no período. O cálculo mantém os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
Carvão Vendável (t/ano)	1.817.530	2.067.624	2.835.549	3.357.316	3.254.703
Total Homem/dia	83.483	109.702	115.049	108.813	122.123
PCV* (t/H/d)	21,77	18,85	24,65	30,85	26,65

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável - PCV



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM (R\$)

Valores históricos em reais						Variação 2014/2014
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	
Receita Bruta Anual	105.861.897	149.481.715	158.665.290	171.671.942	185.169.567	7,86%
Receita Líquida Anual	99.741.480	142.682.298	151.508.331	162.404.735	168.291.438	3,62%
Custos dos Prod. Vendidos	67.641.658	78.520.447	104.135.365	111.338.705	114.788.343	3,10%
Resultado Bruto	32.099.822	64.161.851	47.372.966	51.066.031	53.503.096	4,77%
Despesas Operacionais	17.218.415	35.913.413	15.432.192	49.278.782	30.233.440	-38,65%
Res. Oper. antes Res. Financ.	14.881.407	28.248.438	31.940.774	1.787.249	23.269.656	1201,98%
Resultado Financeiro	-13.168.955	-43.031.041	-16.204.780	-7.636.708	-8.037.025	-5,24%
Resultado Operacional	1.712.452	-14.782.603	15.735.994	1.787.249	23.269.656	1201,98%
Investimentos	23.969.737	23.049.975	16.279.155	15.747.558	7.780.208	-43,61%
Valores em reais de 31/12/2014, com base na variação do IGP-DI/FGV.						Variação 2014/2014
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	
Receita Bruta Anual	131.578.994	176.952.696	173.755.553	178.167.310	185.169.567	3,93%
Receita Líquida Anual	123.971.740	168.903.717	165.917.913	168.549.470	168.291.438	-0,15%
Custos dos Prod. Vendidos	84.073.889	92.950.531	114.039.422	115.551.309	114.788.343	-0,66%
Resultado Bruto	39.897.852	75.953.186	51.878.492	52.998.162	53.503.096	0,95%
Despesas Operacionais	21.401.295	42.513.395	16.899.910	51.143.291	30.233.440	-40,88%
Res. Oper. antes Res. Financ.	18.496.557	33.439.791	34.978.582	1.854.871	23.269.656	1154,52%
Resultado Financeiro	-16.368.098	-50.939.064	-17.745.977	-7.925.650	-8.037.025	-1,41%
Resultado Operacional	2.128.459	-17.499.274	17.232.605	1.854.871	23.269.656	1154,52%
Investimentos	29.792.720	27.285.981	17.827.425	16.343.382	7.780.208	-45,66%
Produção carvão ROM (t)	2.015.205	2.207.739	2.914.363	3.366.843	3.430.900	1,90%
Pessoal Próprio	401	402	429	393	480	22,14%
IGP-DI	443,427	465,586	503,283	531,056	551,149	3,78%



1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2014 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 7,8 milhões, incluindo investimentos em coligada. Estes recursos foram oriundos da própria geração de caixa da CRM.

Entre os principais investimentos realizados estão a conclusão de oficina mecânica industrial, construção de novo vestiário e refeitório, todos na Mina de Candiota. Construção de Planta Piloto de Beneficiamento de Carvão a Seco, e continuidade no EIA-RIMA, ambos também em Candiota. As aquisições e contratações deram continuidade ao projeto de expansão da Companhia, que visa a redução de contratação de serviços terceirizados nos processos operacionais das minas.

1.6. Empreendimentos em desenvolvimento

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota é vinculada ao abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, com capacidade instalada de 796 MW e localizada no município de Candiota (RS). Durante 2014 a CRM, naquela Unidade, deu continuidade à implantação do seu plano de melhorias através de investimentos realizados exclusivamente com recursos próprios, visando a manutenção de uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano de carvão CE 3.300.



1.6.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.6.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2014, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoelétrica na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.7. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2014 a CRM permaneceu direcionando sua gestão para a exploração sustentável do carvão com a valorização de seus colaboradores, seu maior patrimônio.

Neste período, a Diretoria focou-se em oferecer aos colaboradores da empresa uma série de benefícios e melhorias no ambiente de trabalho. Entre essas ações estão a disponibilização do Vale Cultura e a implantação do Portal RH, ferramenta que facilita o acesso dos colaboradores às informações funcionais como folha de pagamento, controle do ponto, atualização de dados pessoais, etc. Atendendo a demanda dos colaboradores, foram



oferecidos diversos cursos de qualificação profissional, entre eles, curso de segurança na operação de retroescavadeira e curso de segurança na operação de caminhão rodoviário basculante, por exemplo. Visando o bem estar de todos, foi dado início à reforma e ampliação da colônia de férias de Tramandaí. Além das iniciativas acima, a Companhia deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida que oferece ginástica laboral, grupo de corrida, massagens, atendimento odontológico, avaliações de saúde e revisão ergonômica dos locais de trabalho.

Como empresa pública, a CRM manteve seu compromisso de contribuir ativamente para o desenvolvimento econômico e social do Estado, sobretudo nas regiões em que atua. No ano de 2014 a Companhia apoiou 27 projetos em 10 diferentes municípios, totalizando R\$ 355.703,50 em patrocínios e convênios.

1.8. Meio Ambiente

Na Mina de Candiota foi iniciado processo de licenciamento no SELACA/FEPAM das florestas implantadas em áreas mineradas. Manteve-se o plantio de arbóreas nativas e a implantação de pastagens em áreas recuperadas. Ampliou-se de 15.000 mudas/ano para 30.000 mudas/ano a produção de árvores nativas e, conseqüentemente, houve aumento de doações para as escolas e municípios da região, além do aumento do plantio nas áreas regeneradas. A FEPAM expediu novas licenças (agora conjuntas) para as Malhas IV e VII (atuais áreas em mineração a céu aberto).

Iniciadas obras integrantes do Sistema de Gestão Ambiental de Candiota, abrangendo reforma da rampa de lavagem de veículos/equipamentos, prédio da lubrificação, instalação de caixas separadoras de água e óleo e adequação do sistema de esgoto sanitário.



Foi protocolado na FEPAM, em novembro de 2014, o EIA/RIMA da Jazida de Candiota, abrangendo todas as áreas de concessão da CRM na região. Está prevista a entrega, no primeiro semestre de 2015, da complementação do levantamento da fauna e do diagnóstico arqueológico da região, em fase final de conclusão.

Além disso, houveram as seguintes ações na Mina de Candiota:

- Recuperação de 10 hectares de passivo ambiental na malha II (experimento para avaliar o uso de solo alternativo para antigas áreas mineradas, onde a terra vegetal não foi aproveitada na época na regeneração ambiental);
- Construção de bacias de decantação para o tratamento das águas nas malhas IV e VII;
- Reaproveitamento de calcário proveniente da Usina Termoelétrica para correção do pH nos passivos ambientais (malha II);
- Monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, através de poços instalados em torno da mina;
- Reconstrução dos solos minerados e o monitoramento da fertilidade (evolução das propriedades químicas e físicas);
- Investimentos em implementos agrícolas, a fim de fazer o plantio de plantas recuperadoras de solo;
- Negociação e avaliação química de composto orgânico para uso nos solos da Mina de Candiota;

Na Mina de Candiota, o índice de regeneração demonstrou que para cada 1 hectare minerado recupera-se 1,3 hectares, ou seja, há redução nos passivos ambientais da empresa.

A Mina do Leão manteve plano de expansão de áreas recuperadas nos arredores da planta de beneficiamento e pátios de estocagem, aumentando as áreas verdes nestes locais. Continuou a recuperar novas áreas junto à Mina São Vicente Norte, além de fazer a manutenção das áreas já recuperadas. Em novembro de 2014 a FEPAM renovou as licenças ambientais de operação da Mina São Vicente Norte.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

Foi dado início à utilização das bacias de decantação e de polimento na Mina São Vicente Sul, em Minas do Leão, encerrando definitivamente o lançamento de efluentes da mineração diretamente no meio ambiente. O principal avanço nesta área, porém, foi a construção de barragem que, retendo para decantação e desacidificação por meio de adição de calcário as águas efluentes do Lavador, possibilitou, por meio de uma estação de bombeamento a reutilização em circuito fechado das águas do lavador, diminuindo assim a captação de água do Arroio Taquara, a acidez e o volume de particulados lançados no meio ambiente.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM (em hectares):

		2010	2011	2012	2013	2014	
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	477	507	553	595	623	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	420	456	471	493	501	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	410	454	476	500	514	
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	356	356	356	356	356	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	356	356	356	356	356	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	356	356	356	356	356	
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA	65	65	65	65	65	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	54	59	59	59	59	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	47	58	58	58	58	
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA	41	41	41	41	41	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	26	26	35	35	35	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	21	21	24	24	24	
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA	27	39	41	42	45	
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	5	11	16	16	46	
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	3	9	13	13	15	
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	Total	966	1.008	1.056	1.099	1.130
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	Total	861	908	937	959	967
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	Total	837	898	927	951	967



1.9. Perspectivas

A crise energética que vem passando o país em razão do baixo armazenamento de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas gera uma perspectiva de aumento no despacho termelétrico em 2015, a fim de reduzir os riscos de problemas de fornecimento de energia ao país. Somando-se a isso, há para os próximos meses previsão de chuvas abaixo da média em diversas regiões do Brasil, conforme especialistas. Esta situação mostra a importância de uma matriz energética mais diversificada no país e, em relação à CRM, permite vislumbrar perspectivas positivas para a empresa, a médio e longo prazo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014

Elifas Kerller Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87

Marcio Lopes Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

2. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2014 e 2013



2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante	<u>135.200</u>	<u>111.293</u>
Disponibilidades	22.522	18.146
Contas a receber de clientes	17.999	13.435
Créditos tributários (nota 2.5.3)	39.633	35.609
Demais contas a receber (nota 2.5.4)	4.006	473
Estoques (nota 2.5.5)	13.163	8.575
Despesas do exercício seguinte	37.877	35.055
Não Circulante	<u>282.172</u>	<u>260.354</u>
Realizável a longo prazo	<u>22.524</u>	<u>1.179</u>
Devedores por aquisição de imóveis	19	21
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.6)	1.221	1.158
Outros valores	21.284	0
Investimentos (nota 2.5.7)	<u>170.523</u>	<u>170.481</u>
Custo	170.523	170.481
Imobilizado (nota 2.5.8)	<u>87.566</u>	<u>86.979</u>
Custo	240.989	233.456
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(110.579)	(104.180)
(-) Provisão para ajuste valor mercado	(38.876)	(38.876)
(-) Provisão perda por Impairment	(3.968)	(3.421)
Intangível	1.559	1.715
Total	<u><u>417.372</u></u>	<u><u>371.647</u></u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Circulante	<u>92.322</u>	<u>69.589</u>
Fornecedores	11.746	8.287
Salários e encargos sociais	2.988	2.191
Tributos federais (nota 2.5.12)	9.744	3.082
Tributos estaduais e municipais	217	193
Provisão para contingências (nota 2.5.11)	5.497	2.752
Demais contas a pagar (nota 2.5.9)	31.859	32.534
Juros sobre o capital próprio	30.231	20.550
Dívida com controlada	40	0
Não Circulante	<u>30.858</u>	<u>23.935</u>
Tributos federais (nota 2.5.12)	14.887	14.404
Provisão para contingências (nota 2.5.11)	7.232	3.604
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.16)	5.747	5.927
Outros créditos	2.992	0
Patrimônio líquido	<u>294.192</u>	<u>278.123</u>
Capital social (nota 2.5.13.1)	251.465	251.465
Reserva de reavaliação (nota 2.5.13.3)	11.227	11.505
Reserva de Lucros (2.5.22)	31.500	15.153
Total	<u><u>417.372</u></u>	<u><u>371.647</u></u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita líquida de venda (nota 2.5.14.a)	168.291	162.405
(-) Custo dos produtos vendidos	(114.788)	(111.339)
Lucro bruto	53.503	51.066
Despesas / Receitas operacionais	(19.268)	(30.751)
Comerciais	(2.047)	(2.358)
Gerais e administrativas	(33.957)	(24.179)
Outras despesas	(325)	(1.217)
Despesas Indedutíveis	(7.698)	(5.438)
Outras receitas (nota 2.5.14 d)	24.759	2.441
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras	34.235	20.315
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.14 b/c)	(9.511)	(17.665)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	24.724	2.650
Contribuição social (nota 2.5.15)	(2.334)	(262)
Imposto de renda (nota 2.5.15)	(5.046)	(669)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	17.344	1.719
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.13.2)	7.576	6.894
Participação dos empregados no resultado das operações (nota 2.5.21)	(1.455)	(863)
Lucro líquido do exercício	23.465	7.750
Lucro por lote de mil ações do capital social	2,02	0,63

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.



2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	15.889	857
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6.733	6.872
Custo das baixas do ativo imobilizado	27	629
Juros e Variações Monetárias ativas	(1.005)	(663)
Juros e Variações Monetárias passivas	2.675	219
Provisão para contingencias fiscais	2.744	211
Provisão Reversão para contingencias Cíveis/trabalhistas	3.628	44
Provisão Reversões tributárias. Trabalhistas e outras	(14.639)	11.178
Provisão para imposto de renda e contribuição social	7.380	930
Lucro líquido ajustado	23.432	20.277
Variações no ativo:		
Aumento contas a receber de clientes	(4.564)	(1.158)
Aumento estoques	(4.588)	5.984
Aumento/redução outras contas	(27.754)	(25)
Aumento/Redução créditos tributários	(4.024)	(6.170)
Variações no passivo:		
Aumento/Redução fornecedores	3.459	(1.280)
Aumento/Redução impostos e contribuições	6.989	(2.188)
Redução /aumento contribuições sociais a recolher	797	133
Aumento outras contas a pagar	9.046	(1.114)
Transf. de Financ.de Longo Prazo para o Circulante	-	(68)
Outras Adições ao Passivo Não Circulante	2.992	(1)
Aumento/redução provisões contingências	6.373	-



Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>12.158</u>	<u>14.390</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	— -	<u>(4.124)</u>
Caixa líquido das atividades de financiamento	— -	<u>(4.124)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	<u>(7.740)</u>	<u>(15.748)</u>
Investimentos	<u>(42)</u>	— -
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(7.782)</u>	<u>(15.748)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.376</u>	<u>(5.482)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>18.146</u>	<u>23.628</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>22.522</u>	<u>18.146</u>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Varição</u>
Disponibilidades	<u>22.522</u>	<u>18.146</u>	<u>4.376</u>
Caixa	24	24	0
Disponibilidades em bancos	1.154	2.076	(922)
Aplicações financeiras	21.344	16.046	5.298
Numerário em transito	0	0	0



2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2014

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Lucro do Exercício	Resultado Abrangente	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro 2012	251.465	11.864	13.788	-	365	24.114	24.479	277.117
Realização da Reserva de Reavaliação		(508)		508	508		508	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		149						149
Lucro líquido do exercício				7.751		7.751	7.751	7.751
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(6.894)				(6.894)
Reserva de Lucros			1.365	(1.365)				-
Saldos em 31 de dezembro 2013	251.465	11.505	15.153	-	508	7.751	8.259	278.123
Realização da Reserva de Reavaliação		(458)		458	458		458	-
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		180						180
Lucro líquido do exercício				23.465		23.465	23.465	23.465
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(7.576)				(7.576)
Reserva de Lucros			16.347	(16.347)				-
Saldos em 31 de dezembro 2014	251.465	11.227	31.500	-	458	23.465	23.923	294.192

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.



As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 12.973/14 regulamentado pela IN RFB nº 1.515/14 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

A Cia passou a adotar a partir de 01.01.2015 o RTD, conforme Lei nº 12.973/14, art. 1º, Lei nº 9.718/98, art. 14 (com redação dada pela Lei nº 12.814/13), Lei nº 9.964/00, art. 4º, e INs SRF 25/99 E 16/01.

A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações financeiras será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e CPC 12 E 30.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.



2.5.3. Créditos Tributários: R\$ 39.633 mil (R\$ 35.609 mil em 2013), compondo-se de:

- a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 13 mil (R\$ 5 mil em 2013);
- b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 594 mil (R\$ 2.914 mil em 2013);
- c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 121 (R\$ 105 em 2013);
- d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 13.174 mil (R\$ 397 mil em 2013);
- e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 1.440 mil (R\$ 13.208 mil em 2013);
- f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 15.082 mil (R\$ 10.001 mil em 2013);
- g) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 3.505 mil (R\$ 4.193 mil em 2013), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;
- h) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 1.915 mil (R\$ 2.142 mil em 2013);
- i) Amortização Parcelamento IRPJ – R\$ 3.789 mil (R\$ 2.644 mil em 2013);

2.5.4 Contas a Receber: R\$ 4006 mil (R\$ 473 mil em 2013), compondo-se de:

- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 609 mil (R\$ 223 mil em 2013);
- b) Aplicações Caixa Único - R\$ 701 mil (R\$ 22 mil em 2013);
- c) CGTEE 8º termo aditivo – R\$ 2.365 mil
- e) Outros Valores – R\$ 331 mil (R\$ 228 mil em 2013);



2.5.5. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Carvão	<u>2.942</u>	<u>2.404</u>
Produtos Acabados	1.138	919
Produtos em Elaboração	1.804	1.485
Almoxarifado	9.070	6.171
Estoque em poder de terceiros	1.151	0
Total	<u>13.163</u>	<u>8.575</u>

2.5.6. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.221 mil (R\$ 1.158 mil em 2013), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 0 mil (R\$ 86 mil em 2013);
- b) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2013);
- c) Depósitos Trabalhistas – R\$ 500 mil (R\$ 342 mil em 2013);
- d) Questões Fiscais – R\$ 4 mil (R\$ 13 mil em 2013).



2.5.7. Investimentos

O valor total de R\$ 170.523 mil corresponde a: R\$ 52 mil em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição e R\$ 170.427 mil em investimentos referentes ao arrendamento da Mina do Leão II, que foram reclassificados de imobilização em andamento para investimentos no ano de 2013.

2.5.8. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e CPC 27.

Durante o ano de 2014, não houve alguma ocorrência relevante que pudesse provocar alterações na vida útil econômica e valor residual já estimados para cada bem existente do ativo imobilizado atendendo a lei 12.973/14, IN RFB nº 162/98 e 130/99 e CPC 27.

a) Provisão para Perda

Conforme o demonstrativo a seguir, permanece com uma Provisão para Perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de **R\$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Provisão Perda por Impairment

Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76, Lei 12.973/14, BCTG 01 e 32 e CVM 527/07º, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de **R\$ 3.968 mil. Demonstrativo do Imobilizado/Intangível:**

ITENS	SALDO EM 2013	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERRÊNCIAS	DEPREC./EXAUSTÃO	SALDO EM 2014	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos e Terras	1.899	0	0	0	0	1.899	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.669	0	0	0	0	5.669	0
Prédios de Uso/Residenciais	9.832	0	0	29	0	9.861	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Jazidas e Horto Florestais	11.053	0	(27)	17	0	11.043	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	113.722	2.536	0	(557)	0	115.701	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.204	418	0	114	0	2.736	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	2.831	227	0	890	0	3.948	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	841	186	0	(2)	0	1.025	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.761	183	(179)	9	0	7.774	0,27 a 45,99
Instalações	11.341	471	0	481	0	12.293	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Bens em Operação	188.332	4.021	(206)	981	0	193.128	
Deprec./Exaustão Acumulada	(104.648)	0	179	0	(6.733)	(111.202)	0
Subtotal	83.684	4.021	(27)	981	(6.733)	81.926	
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	0	7.446	0
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	0	2.182	0
Subtotal	9.628	0	0	0	0	9.628	
Imobilização em Andam.	37.677	3.719	0	(981)	0	40.415	
Bens em Formação	37.677	3.719	0	(981)	0	40.415	0
Subtotal	130.989	7.740	(27)	0	(6.733)	131.969	
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Provisão Perda Impairment	(3.420)	(548)	0	0	0	(3.968)	0
Total	88.693	7.192	(27)	0	(6.733)	89.125	



Para melhor classificação contábil, o valor referente ao projeto de implantação da Mina do Leão II que se encontra arrendado à Carbonífera Criciúma, foi transferido para o Ativo – Investimentos, em 2012, no montante de R\$ 170.427 mil.

Foi também transferido por melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.



2.5.9. Demais Contas a Pagar: R\$ 31.859 mil (R\$32.534 mil em 2013), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 145 mil (R\$ 117 mil em 2013);
- b) Encargos sociais a pagar – R\$ 0 mil (R\$ 45 mil em 2013);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 886 mil (R\$ 773 mil em 2013);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 5.891 mil (R\$ 5.162 mil em 2013);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 24.854 mil (R\$ 26.333 mil em 2013);
- f) Termos de convênios – R\$ 16 mil (R\$ 15 mil em 2013);
- g) Retenções contratuais – R\$ 67 mil (R\$ 40 mil em 2013).

2.5.10. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

No ano de 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que era o credor deste financiamento, integralizou o total da dívida que em 2011 era de R\$ 108.148 mil em aumento do Capital Social.

2.5.11. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações.



Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2014	2013	2014	2013
	Passivo Circulante		Ativo Circulante	
Fiscais	5497	2.752	0	0
Trabalhistas	0	0	0	0
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	6663	3.302	500	342
Fiscais	0	0	4	13
Cíveis	569	302	0	0
	7.232	3.604	504	355
Total	12.729	6.356	504	355

A Companhia vem constituindo a provisão dos honorários de sucumbência no valor de **R\$ 3.059 mil**, cuja origem é o processo nº 11080.007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-RS.

Em 2014 a Companhia passou a constituir, conforme entendimento da consultoria jurídica Sbaraini, a provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, no montante aproximado de **R\$ 1.262 mil**, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Por fim, constitui provisão complementar ao parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, nos termos da lei nº 11.941/09 (REFIS) no valor de **R\$ 1.176 mil**.



2.5.12. Tributos Federais a Recolher: R\$ 24.631 mil (R\$ 17.486 mil em 2013)

Deste total, **R\$ 15.936 mil** (R\$ 15.395 mil em 2013) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

A decisão favorável (no segundo grau) proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança 5048981-801.2011.404.7100-RS permanece sem movimento processual que noticie a interposição de recurso especial ou extraordinário por parte da Fazenda Nacional.

A Companhia possui outros quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em **R\$ 83 mil** (R\$ 104 mil em 2013).

Provisão para IRPJ e CSLL no valor de **R\$ 7.380 mil** (R\$ 930 mil em 2013).

2.5.13. Patrimônio Líquido

2.5.13.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ **251.465 mil** (R\$ 251.465 mil em 2013), representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2013), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 418.593 em 2013)



2.5.13.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de **R\$ 7.576 mil**. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

2.5.13.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 11.227 mil** (R\$ 11.505 mil em 2013) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R\$ 458 mil** (R\$ 508 mil em 2013).



2.5.14. Demonstração do Resultado

a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

Receita bruta das vendas	185.169	171.672
(-) Impostos sobre vendas	(11.137)	(9.267)
(-) Devoluções de Vendas	(5.741)	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

- b) Despesas Financeiras - R\$ 10.294 mil (R\$ 8.840 mil em 2013), tendo como valores mais significativos, R\$ 2.675 mil (R\$ 1.946 mil em 2013) a juros e atualizações monetárias e provisão de juros sobre capital próprio R\$ 7.576 (R\$ 6.893 mil em 2013).
- c) Receitas Financeiras - R\$ 2.257 mil (R\$ 1.203 mil em 2013), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.709 mil (R\$ 1.022 mil em 2013), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
- d) Outras Receitas - R\$ 24.759 mil (R\$ 2.442 mil em 2013), tendo como valores mais relevantes venda de sucatas e bens do ativo permanente R\$ 787 mil (R\$ 65 mil em 2013); reversão de provisões R\$ 829 mil (R\$ 1.269 mil em 2013) e multa contratual R\$ 25.692 mil (R\$ 938 mil em 2013), e por fim conta retificadora de receita composta por PIS/COFINS R\$ -2.376 mil (R\$ -113 mil em 2013);



2.5.15. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.334	262
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.046	669

2.5.16. Provisão para Impostos Diferido

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reserva de reavaliação		16.974	17.432
Contribuição social	9%	1.528	1.569
Imposto de renda	15%	2.546	2.615
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.673</u>	<u>1.743</u>
Provisão impostos diferidos		<u>5.747</u>	<u>5.927</u>



2.5.17. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.18. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Plano de previdência complementar	1.939	1.717

2.5.19. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise adotada por departamento responsável e, de acordo com o estágio de cobrança é estimado um montante de provisão a ser constituída.



2.5.20. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2014/2013 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme NBCTG 26, Resolução do CFC nº 1185/09, item 82.

2.5.21. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

O montante a ser distribuído, com base no regramento da participação nos Lucros ou resultados firmados entre a Cia e o sindicato será de 4,25% (quatro, vinte e cinco por cento) do Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras – RO a/RFL, positivo, no montante de **R\$ 34.235 mil**, sendo assim provisionados para fins de participação dos empregados no resultado das operações O valor de **R\$ 1.455 mil**, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Este montante é distribuído de forma uniforme entre os funcionários da empresa.

2.5.22. Destinação do Lucro do Exercício

Dos lucros apurados e existentes na Companhia em 31/12/2014, no montante de **R\$ 23.923 mil** em conformidade com o que preceitua a Lei 6.404/76 e o estatuto da Companhia, condicionados à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas a seguinte destinação: para a Reserva Legal, **R\$ 1.196 mil**; a título de



Juros sobre Capital Próprio, **R\$ 7.576 mil** imputados aos dividendos; à conta de Reserva Estatutária, **R\$ 2.423 mil**; e por fim à conta de Reserva para Contingências, **R\$ 12.728 mil**.

Os Juros sobre o capital próprio conforme orientação do Governo do Estado, através do Decreto nº 51.057/2013, deverá ser creditado o valor máximo permitido a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente e dentro dos limites de dedutibilidades legais.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2014.

Elifas Mariom Kerller Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87

Marcio Lopes Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72

Cíntia Michelotto Schein
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF Nº 763.863.410-15



3. Parecer dos Auditores Independentes



 demonstração contábil
 1

AOS
 DIRETORES E AÇIONISTAS DA
 COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM
 PORTO ALEGRE - RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5.8, letra "a", a companhia mantém provisão para perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5.1, a Lei nº 12.973/14 que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS; revogou o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil entre outros. Com a nova lei, a legislação tributária estará alinhada a legislação societária e as normas contábeis internacionais, eliminando o conceito da dupla contabilidade. A companhia vai adotar a partir de 1º de janeiro de 2015. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 18 de março de 2014, com ressalva de que a companhia mantém conta credora no imobilizado, no montante de R\$ 38.876 mil, oriundo de provisão para perda registrada em decorrência de avaliação patrimonial datada de 1997, do que os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão. É ênfase de que conforme a nota explicativa nº 2.5.10, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, em 2012 a companhia reverteu o valor de R\$ 14.278 mil, com reflexo no resultado daquele exercício, referente ao parcelamento de débitos de tributos federais, com base em Mandado de Segurança com decisão favorável em segundo grau, visando à reinclusão no REFIS da Lei nº 11.941/09 e a reinclusão no referido programa REFIS pendente de homologação pela Procuradoria da Fazenda Federal.

Porto Alegre 18 de março de 2015.

UHY MOREIRA – AUDITORES
CRC RS 3717
DIEGO ROTERMUND MOREIRA
Contador CRC RS 68603
CNAI Nº 1128
Sócio - Responsável Técnico

4. Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2014 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 18 de março de 2015, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 20 de março de 2015.

Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente

Helen Martins Cabral
CPF 667.451.870-00

Márcio Rogério Pilger
CPF 802.864.370-15

Felipe Rispoli Leal
CPF 002.083.280-09

Jorge Luiz Santanna Harlacher
CPF 170.975.410-91

Cíntia Michelotto Schein
CPF 763.863.410-15
Contadora e Secretária da Sessão



5. Manifestação do Conselho de Administração



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2014, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, UHY Moreira Auditores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.

Porto Alegre, 20 de março de 2015.

Ricardo Guimarães Moura
Presidente
CPF N° 404.564.390-72

Mauri Nunes da Silva
CPF N° 300.421.350-87

Cristiane Zinelle Ferreira Lohmann
CPF N° 801.966.670-20

Vanderlan Frank Carvalho
CPF N° 964.138.590-91

Vera Inêz Salgueiro Lermen
CPF N° 259.547.330-15